FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

FAPEMIG

ANÁLISE DO PERFIL DOS REPRESENTANTES ELEITOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

Texto para discussão nº2.

Belo Horizonte
Julho de 2013

F981a Fundação João Pinheiro
Análise do Perfil dos Representantes Eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras. / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2013. 35 f.
1. Eleições brasileiras. 2. Perfil.
CDU 324(81)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

FAPEMIG

ANÁLISE DO PERFIL DOS REPRESENTANTES ELEITOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

Texto para discussão nº2.

Termo de outorga e aceitação de auxílio à pesquisa firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e a Fundação João Pinheiro (FJP) para realização do projeto "Análise do perfil dos representantes eleitos nas Assembléias Legislativas: estudo aplicado às unidades da federação" (SHA-APQ-00831 – Edital 01/2011 – Demanda Universal).

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO:

Simone Cristina Dufloth (FJP)

ELABORAÇÃO:

Carla Aguilar (FJP)

Cláudia Júlia Horta (FJP)

Diego Roger Ramos Freitas (SEE)

Elisa Maria Pinto da Rocha (FJP)

Elisa Teixeira Faria (Pesquisador BAT-I FAPEMIG)

Kamila Pagel de Oliveira (FJP)

Luciana Silva Custódio (FJP)

Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. O PERFIL DOS REPRESENTANTES ELEITOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS 7
    2.1. Diversidade de gênero: a participação das mulheres na representação política 7
    2.2. Impacto da idade do candidato sobre as escolhas do eleitor 12
    2.3. Grau de instrução e ocupação 17
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS 29
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 32
5. ANEXO ESTATÍSTICO 34

1. INTRODUÇÃO

O presente texto para discussão é parte integrante do projeto de pesquisa SHAAPQ-00831 – Edital 01/2011, Demanda Universal – intitulado "Análise do perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas: estudo aplicado às unidades da federação", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ora em execução pela Fundação João Pinheiro (FJP).

Este trabalho tem como propósito caracterizar e estabelecer comparação do perfil do candidato escolhido pelos eleitores ao longo do período compreendido entre 1998 e 2010. O estudo analisa o perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos para as Assembleias Legislativas considerando as informações demográficas quanto ao sexo e idade; e informações sociais sobre grau de instrução e ocupação.

Para tanto, com o objetivo de conhecer e analisar comparativamente o perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras, foram utilizadas informações do levantamento bibliográfico oriundo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das eleições realizadas nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010 (disponível em http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais). O repositório de dados eleitorais por meio da ferramenta "Consulta de Candidaturas", disponibilizado em formato de arquivo de dados, permite selecionar e analisar as seguintes variáveis de interesse específico do presente estudo:

ANO_ELEICAO: Ano da eleição

SIGLA_UF Sigla da Unidade da Federação em que ocorreu a eleição

DESCRICAO_UE Descrição da Unidade Eleitoral

CODIGO_CARGO (*) Código do cargo a que o candidato concorre

DESCRICAO_CARGO Descrição do cargo a que o candidato concorre

NOME_CANDIDATO Nome completo do candidato

COD_SITUACAO_CANDIDATURA Código da situação de candidatura

DES_SITUACAO_CANDIDATURA Descrição da situação de candidatura

CODIGO_OCUPACAO Código da ocupação do candidato

DESCRICAO_OCUPACAO Descrição da ocupação do candidato

DATA_NASCIMENTO Data de nascimento do candidato

CODIGO_SEXO Código do sexo do candidato

DESCRICAO_SEXO Descrição do sexo do candidato

COD_GRAU_INSTRUCAO Código do grau de instrução do candidato.

A estas informações acrescenta-se um referencial teórico sintético que aborda questões relativas aos recortes que se estabeleceram para comparação da população estudada. Na seção seguinte, tecem-se as considerações finais seguidas das referências bibliográficas utilizadas.

2. O PERFIL DOS REPRESENTANTES ELEITOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS BRASILEIRAS

A fim de estabelecer parâmetros teóricos para a análise dos dados obtidos, um breve referencial teórico é traçado na medida em que os dados são apresentados e analisados. Optou-se por trazer, ainda, questões que extrapolam ao que pode ser diretamente apreendido nos dados, justamente para ampliar a possibilidade de análise e discussão acerca da temática relacionada ao perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas Brasileiras no período compreendido entre 1998 e 2010.

Com o propósito de caracterizar e estabelecer comparação do perfil do candidato escolhido pelos eleitores ao longo deste período, o estudo analisa o perfil dos deputados estaduais e distritais eleitos para as Assembleias Legislativas considerando as informações demográficas quanto ao sexo e idade; e informações sociais sobre grau de instrução e ocupação.

2.1. Diversidade de gênero: a participação das mulheres na representação política

De acordo com Bourdieu (2011), as diferenças entre homens e mulheres, que se observam em diversos campos, apresentam-se como esquemas de pensamento, de aplicação universal, e registram-se como sendo de natureza, inscritas na objetividade. Tais diferenças biológicas são transferidas para o campo social, sendo neste naturalizadas. As diferenças são percebidas como normal, natural e inevitável, sendo, portanto, legitimadas. Há, portanto, uma

naturalização da construção social que legitima a histórica distinção e inferioridade da mulher perante o homem.

Pesquisas e dados referentes à participação da mulher na política, não apenas brasileira, mas de uma maneira geral, mostram que as mulheres continuam a ser sub-representadas nos parlamentos e órgãos legislativos, demonstrando uma desigualdade no campo político que também é reflexo de uma desigualdade no campo social e econômico. Conforme Matos (2009, p.1) "as democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo completamente assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas".

De acordo com dados disponibilizados pela União Interparlamentar (IPU, 2012), por meio do Programa para Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2011) e pela Social Watch (2011), o Brasil encontra-se em posição crítica, quando se refere à equidade entre homens e mulheres e à representação da mulher nos parlamentos. Com índices diferentes, os dados apresentados por tais instituições demonstram que, não obstante significativos avanços obtidos pelas mulheres, desde a conquista do direito ao voto, em 1932, há ainda longo caminho a ser percorrido para alcançar efetiva igualdade de direitos e de representação política por parte das mulheres. Corroborando estes dados, Alves (2007) afirma que o Brasil ainda se encontra na retaguarda mundial no que tange ao empoderamento das mulheres em seus índices de participação da mulher na política.

A reduzida presença feminina nas instâncias de representação política adquiriu lugar de destaque na agenda de debates sobre as democracias contemporâneas - a presença de mulheres nas instituições políticas impacta a formação das agendas temáticas decisórias. Indica a primazia nas arenas decisórias de determinados temas, grupos e interesses em detrimento de outros, conforme asseveram Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012).

Matos (2009) afirma que existe um conjunto de obstáculos para a participação da mulher na política. De maneira geral estes obstáculos podem ser consolidados em três níveis – micro, sociológico e político – que, embora didaticamente separados, atuam de forma simultânea e complementar.

De acordo com Matos (2009, p.4) o nível micro é o nível que "reflete o quão amigável ou refratário o ambiente político imediato se coloca àquela candidatura em questão, bem como o quanto há, de fato, pela estimativa das candidatas/eleitas, de recursos subjetivos/pessoais, econômicos e coletivos a serem destinados ou gerados para auxiliar na já antecipada difícil disputa".

No nível micro, tem-se a limitada autonomia feminina para se engajar na disputa por um cargo eletivo. Esta autonomia refere-se tanto àquela própria e pessoal, relacionada ao uso do próprio corpo, quanto ao estereótipo da mulher cuidadora, atrelado ao ambiente doméstico e privado (MATOS, 2009). Tal situação é corroborada por Bourdieu (2011) que afirma que historicamente as mulheres são associadas às funções que se situam no prolongamento das funções domésticas, como ensino, cuidado e serviço.

Essa percepção é notória nas pesquisas sobre o Brasil realizadas por Pinheiro (2006), em outros países da América Latina (Schwindt-Bayer, 2010) e nos Estados Unidos (Carroll e Fox, 2006). Tais pesquisas mostraram, por exemplo, que a atuação política institucional feminina, em comparação com a masculina, tende, de forma geral, a priorizar determinados grupos – como crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e as próprias mulheres.

A pesquisa de Pinheiro (2006) indicou que vem aumentando o número de deputadas brasileiras oriundas de movimentos sociais, ainda que o capital político familiar continue propiciando importante porta de entrada para elas na política institucional. Isso indica o crescimento do quantitativo de mulheres que chegam ao sistema político em função de liderança construída no interior de movimentos e associações, com importantes impactos, como mostra a autora, sobre sua atuação parlamentar.

Em segundo lugar, no nível sociológico, no qual se encontra desigualdades na distribuição de poder e na possibilidade de tomada de decisão, por parte das mulheres, em diferentes âmbitos que vão desde o doméstico até o político-institucional (MATOS, 2009). Neste nível destaca-se ainda, conforme Oliveira (2013), ações de discriminação e opressão no plano pessoal, social e institucional, destacando questões como assédio moral, ausência de voz, desinteresse, além da descrença acerca do sucesso das candidaturas femininas. "Trata-se, portanto, de

questões relacionadas às interações sociais e na relação da mulher com terceiros, seja família, vizinhos, eleitorado e outros partidários ou candidatos" (OLIVEIRA, 2013, p 16).

Em termos de participação da mulher nas questões políticas, a bibliografia que trata das relações entre associativismo e democracia sugere que faz diferença o tipo de participação associativa no que diz respeito aos seus impactos na capacidade de se constituir em porta de entrada na política institucional, fenômeno que também vem sendo confirmado por algumas pesquisas. Estudos com recorte por gênero revelam diferenças significativas na atuação associativa das mulheres quando comparadas aos homens. Caiazza e Putnam (2005), por exemplo, ao resgatarem os estudos sobre a participação feminina, apontam algumas especificidades quanto aos temas e aos vínculos associativos: as mulheres gastam mais energia e tempo atuando em questões como educação e estão mais envolvidas em grupos focados em ajudar os mais pobres, idosos e sem teto, por exemplo. Conhecem melhor os seus vizinhos e são mais propensas a se engajarem em atividades religiosas.

Voltado para dados sobre a realidade brasileira, o estudo de Sacchet (2009) também corrobora essas diferenças por gênero no perfil associativo da população. Enquanto os homens apresentam maior vinculação com associações relacionadas com a esfera pública, referentes ao mundo da política e do trabalho, por exemplo, as mulheres estão mais vinculadas em associações que lidam com assuntos relacionados aos cuidados, à religiosidade, à família e à comunidade. De acordo com a autora, em que pese os benefícios na constituição de laços pessoais, de solidariedade comunitária, de potencial politização de temas e demandas pela gramática dos direitos, essa participação periférica não gera capital político suficiente para alimentar um retorno político-eleitoral. Os homens, por seu turno, "associam-se mais em grupos ligados à esfera pública, os quais auxiliam na formação de redes interpessoais mais heterogêneas, que criam incentivos políticos e geram recursos político e financeiro" (Sacchet, 2009, p. 324).

Pensando nos possíveis impactos entre a participação em associações e a inclusão política das mulheres por meio da representação eleitoral, que a fecundidade dessas relações depende do tipo de associação e de suas relações – tanto internas, quanto externas, seja com partidos políticos, com outras associações, agências governamentais, entre outras chega-se ao terceiro e último nível: o nível político.

De acordo com Matos (2009), os espaços político-partidários são visto pela mulher muito mais como obstáculo do que como ambiente democrático e de apoio. Nessa questão, destaca-se também a persistência de forte elemento político tradicional, clientelista, conservador e patrimonial.

Por fim, além das dificuldade apresentadas, cabe ainda registrar que permanece um preconceito do eleitorado em relação à mulher (OLIVEIRA, 2013). Esse preconceito manifesta-se, principalmente, pelo eleitorado feminino que também é influenciado pela cultura patriarcal, conservadora, e, muitas vezes, por forças religiosas sejam católicas ou protestantes que reforçam a subalternização da mulher (MATOS, 2009).

De acordo com Alves (2007, p.40):

> no que diz respeito à composição do eleitorado brasileiro houve uma reversão no hiato de gênero e as mulheres passaram a ser maioria dos votantes em todas as faixas etárias. Contudo, o maior peso eleitoral feminino não tem se refletido na redução do déficit democrático de gênero, pois as mulheres continuam sub-representadas na política e a participação feminina no parlamento no Brasil é a menor, em termos percentuais, da América do Sul e uma das mais baixas do mundo.

Isso pode ser facilmente comprovado quando se observa que 51,9% do eleitorado brasileiro é feminino, mas apenas 12,3% dos representantes eleitos para o Congresso Nacional são mulheres, conforme ilustrado por Oliveira (2013). Nesta direção, autores como Braga, Veiga e Miríade (2009) questionam se o baixo contingente de mulheres eleitas não se justificaria pela própria demanda dos eleitores, que ainda não consideram a opção de votar em mulheres, preferem o voto nos homens.

Tabela 1 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo
1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
1998	10,11	89,89
2002	13,35	86,65
2006	11,66	88,34
2010	13,02	86,98

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

No Brasil, evidencia-se, conforme mencionado, a predominância de Deputados eleitos do sexo masculino. Apesar do sistema de cotas[1], no Brasil, reservar às mulheres 20% do número de candidaturas nos partidos, elas permanecem sub-representadas tanto no recrutamento quanto no total dos eleitos. O levantamento de dados da pesquisa mostra que em 2010, apenas 13,02% dos eleitos para as Assembleias legislativas estaduais e distritais no Brasil eram mulheres.

Entre 1998 e 2010 aumenta o percentual de mulheres, entretanto não se verifica um padrão de crescimento ao longo das quatro últimas eleições. Vários são os autores que chamam a atenção da baixa participação das mulheres nas listas de candidatas e também nos Parlamentos, a exemplo de Norris (1993) e Hazan (2002).

Realizado este breve recorte teórico sobre a participação da mulher na política e sua eleição para as Assembleias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal, segue-se na análise relacionada à idade dos eleitos naquelas casas.

2.2. Impacto da idade do candidato sobre as escolhas do eleitor

[1] Uma das ações que se destacam após a Constituição de 1988, é a lei de cotas por sexo que se constitui como uma ação afirmativa. De acordo com Vaz (2008, p.36) "as ações afirmativas são consideradas políticas públicas, pois estão vinculadas à legalização de mecanismos que consigam interferir na sociedade fazendo com que os excluídos tenham acesso ao âmbito social, político e econômico". A ação afirmativa refere-se a uma política corretiva, que pode ser de caráter público ou privado, voluntária ou compulsória, que busca, principalmente, a diminuição de algum tipo de discriminação e, consequentemente, o alcance da igualdade de direitos (VAZ, 2008). A política de cotas foi legitimidade em âmbito mundial a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em 1995, possibilitando a implantação de tais ações em diversos países do mundo que contavam com representantes neste evento (VAZ, 2008). A política de cotas por sexo é uma discussão que abrange diversos países, sendo que alguns se encontram em posições avançadas no que tange ao tema, como é o caso da Noruega, Dinamarca, Finlândia e Irlanda que ainda na década de 80 e início da década de 90 já haviam adotado alguma medida que possibilitasse maior igualdade de participação das mulheres em órgãos públicos de decisão. Outro, porém, estão em situação de atraso, como é o caso do Brasil (VAZ, 2008).
No que diz respeito à política de cotas em órgãos legislativos no Brasil, trata-se de um assunto que sempre suscitou grande discussões, representadas por pessoas favoráveis e outras explicitamente contrarias às medidas dessa natureza. Tal discussão intensificou também em 1995 quando a deputada Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores apresentou projeto de lei propondo a adoção de cota mínima de 30% para a candidatura de mulheres no legislativo (VAZ, 2008). Não fora este o projeto aprovado, mas após intensas e delongadas discussões e proposições de projetos de cunho semelhante, em setembro de 1997 é aprovada a Lei de Cotas que passou a compor a nova legislação eleitoral, sendo aprovada uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Essa cota significaria a necessidade de preenchimento de vagas de candidaturas nos partidos políticos por mulheres (VAZ, 2008).

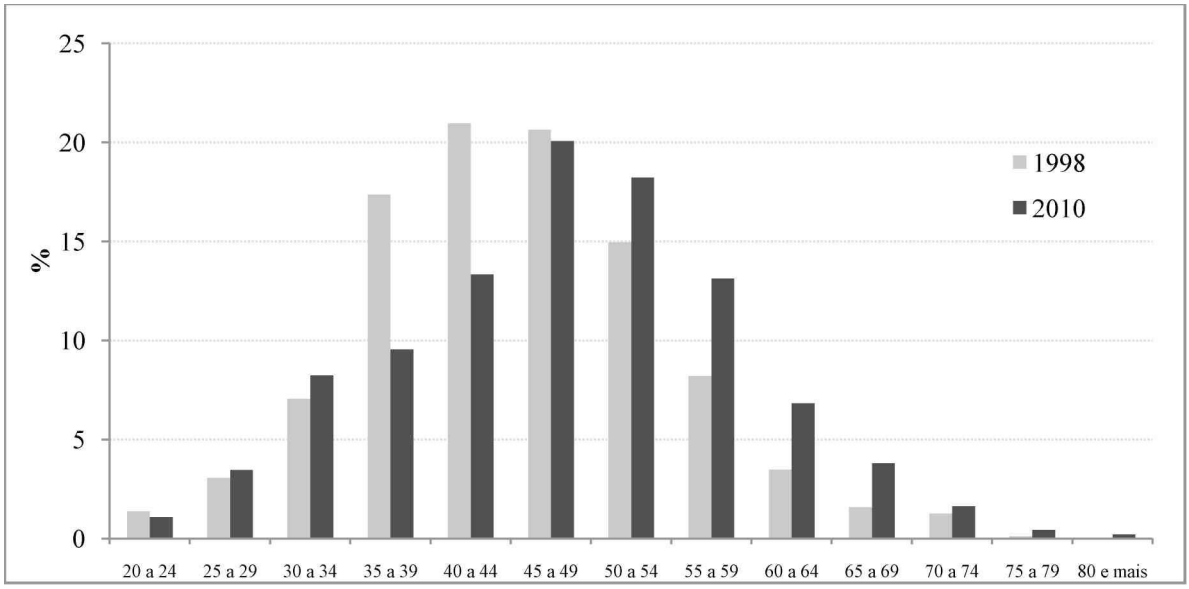
Outra variável importante refere-se à idade do representante legislativo. A idade pode dar uma ideia da experiência de vida do Deputado e ser determinante na sua escolha pela sociedade. Os resultados apontam que a faixa etária que comporta o maior número de eleitos esta entre 40 e 59 anos com aproximadamente 65,00% do total (tab. 2). Vale destacar que, ao longo das últimas eleições, vem aumentando gradativamente o percentual dos deputados nas idades mais avançadas. A participação do grupo etário de 55 a 59 anos, no referido grupo aumenta continuamente – 8,21% em 1998 para 13,12% em 2010 -, enquanto que o grupo etário de 40 a 44 anos vem apresentando percentuais menores – 20,95% em 1998 para 13.34% em 2010. Para todos os grupos etários, a partir dos 50 anos, o percentual em 2010 é maior que em 1998 (graf. 1).

Tabela 2 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo grupos etários 1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
1998	1,37	3,05	7,05	17,37	20,95	20,63	14,95	8,21	3,47	1,58	1,26	0,11	0,00	100,00
2002	1,72	3,56	5,82	17,03	21,23	20,58	13,47	9,38	3,77	2,16	0,75	0,54	0,00	100,00
2006	0,86	4,75	6,91	10,04	19,33	18,36	19,44	9,61	6,37	2,81	0,86	0,43	0,22	100,00
2010	1,08	3,47	8,24	9,54	13,34	20,07	18,22	13,12	6,83	3,80	1,63	0,43	0,22	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Gráfico1 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo grupos etários 1998 e 2010

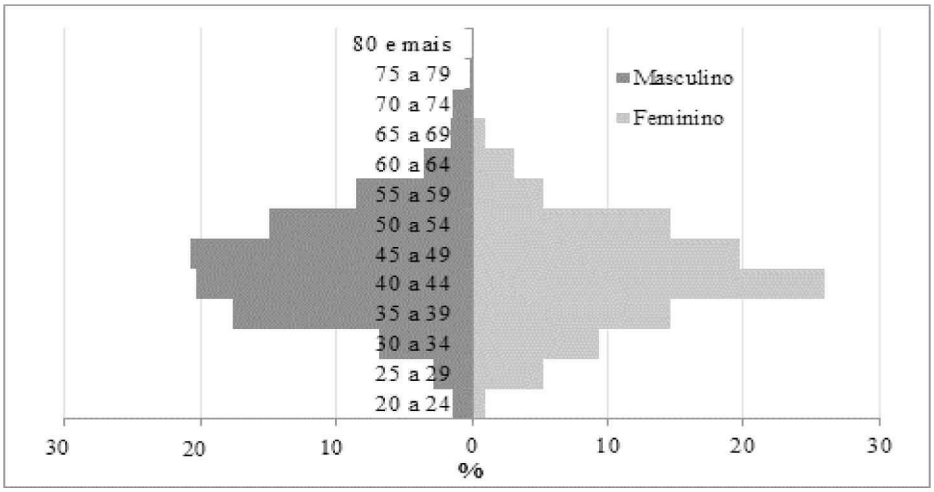


Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

O padrão de distribuição segundo idade dos deputados e deputadas é bastante similar, com algumas peculiaridades. De forma geral, observa-se que os deputados eleitos tinham majoritariamente idades entre 40 e 59 anos. Enquanto, para os homens, esse percentual, muito próximo da média total, praticamente não se altera ao longo das últimas quatro eleições. Para as mulheres a concentração de deputadas nesse grupo etário aumenta ao longo do tempo, partindo de patamar também próximo da média total em 1998 para 70,00% na última eleição (graf. 2 a 5).

Gráfico 2 – Pirâmide etária dos Deputados Estaduais e Distritais segundo sexo

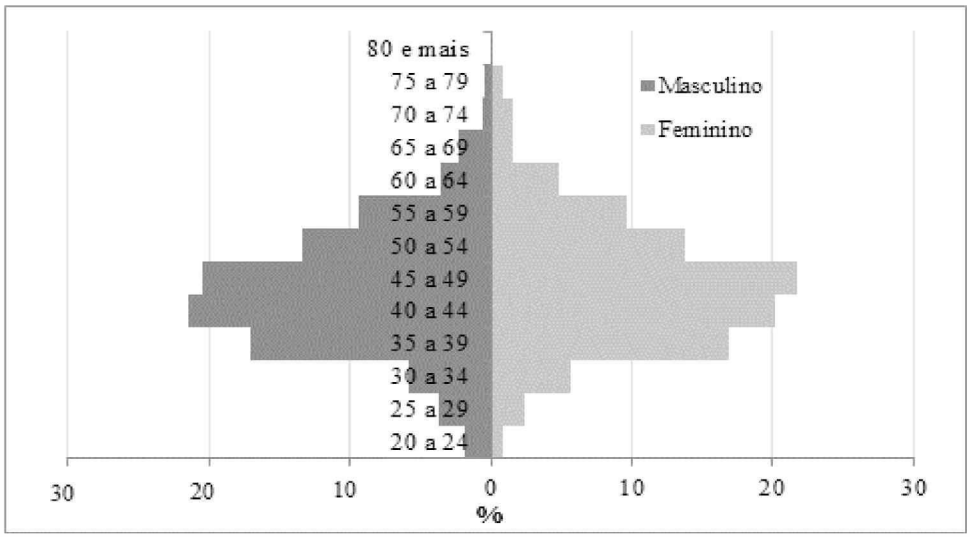
1998



Fonte: Dados básicos: Tabela 1 (Anexo estatístico)
Elaboração: Autores

Gráfico 3 – Pirâmide etária dos Deputados Estaduais e Distritais segundo sexo

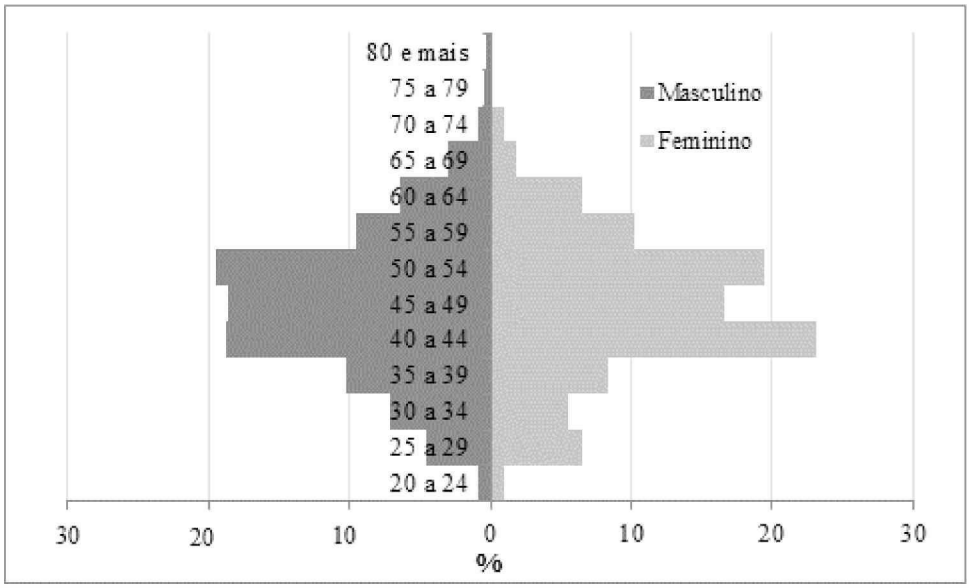
2002



Fonte: Dados básicos: Tabela 2 (Anexo estatístico)
Elaboração: Autores

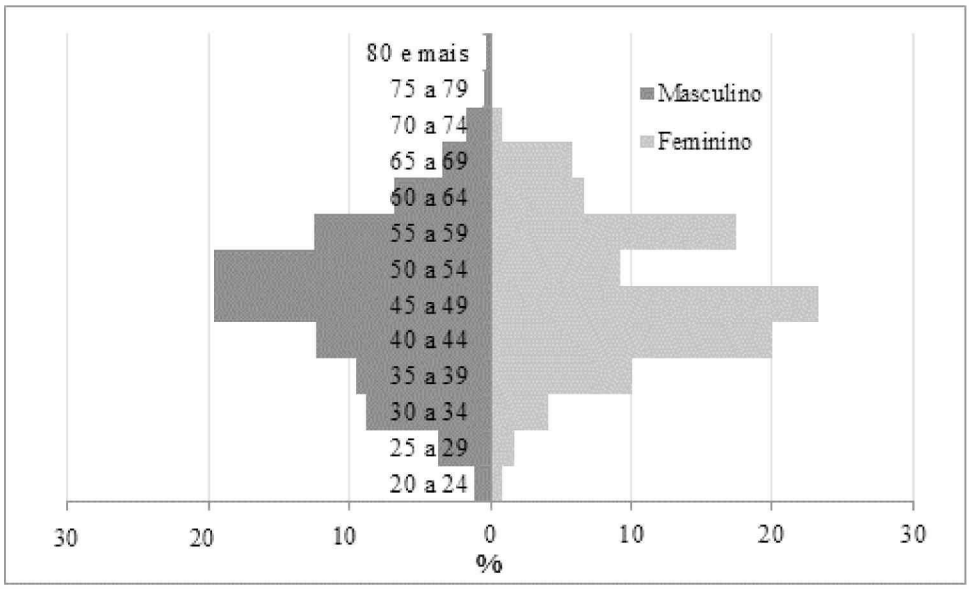
Gráfico 4 – Pirâmide etária dos Deputados Estaduais e Distritais segundo sexo

2006



Fonte: Dados básicos: Tabela 3 (Anexo estatístico)
Elaboração: Autores

Gráfico 5 – Pirâmide etária dos Deputados Estaduais e Distritais segundo sexo
2010



Fonte: Dados básicos: Tabela 4 (Anexo estatístico)
Elaboração: Autores

O envelhecimento da estrutura etária dos deputados tem como consequência o aumento da idade média. Em 1998 estava em torno dos 45 anos, crescendo paulatinamente nas eleições seguintes, chegando em 2010 a uma idade média próxima dos 48 anos.

Tabela 3 – Brasil: Idade média dos Deputados Estaduais e Distritais eleitos
1998, 2002, 2006 e 2010

Ano	Idade média
1998	44,97
2002	45,22
2006	46,77
2010	47,85

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

É interessante notar que tanto para os deputados como para as deputadas a idade média também aumenta durante o período - resultado das mudanças observadas na composição segundo grupos etários -, entretanto com inversão em termos de posição comparativa. Na eleição de 1998 os deputados eram em termos médios mais velhos que as deputadas (cerca de 45 anos e 43 anos para os homens e mulheres, respectivamente). O aumento do peso do grupo etário de 40 a 59 anos diferenciado para as deputadas, destacado anteriormente, tem como resultado aumento mais significativo na idade média (tab. 4).

Tabela 4 – Brasil: Idade média dos Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo
1998, 2002, 2006 e 2010

	Sexo	
Ano	Feminino	Masculino
1998	43,32	45,15
2002	46,14	45,08
2006	46,33	46,78
2010	48,44	47,76

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Além da idade e do gênero a que pertence os candidatos, verificar a qual grupo ocupacional pertencem e os respectivos graus de instrução constituem informações importantes para o desenho do perfil do eleito, conforme proposto neste texto de discussão.

2.3.Grau de instrução e ocupação

Distribuição segundo escolaridade

Na eleição de 1998, 63,69% dos deputados estaduais e distritais declararam ter nível de escolaridade superior completo. Ao longo das últimas eleições, esse percentual vem aumentando paulatinamente, alcançando em 2010 70,07% do total dos eleitos. Evidencia-se, portanto, a preferência dos eleitores por candidatos com curso superior o que indica que as pessoas com baixa escolaridade têm, a princípio, menores chances de serem eleitos para deputado estadual ou distrital. Na última eleição, do total de deputados, 5,21% não tinham segundo grau completo[2]. Há que se destacar que esse grupo representa, em termos percentuais, nesse ano, metade daquele observado em 1998 (tab. 5).

A tendência da representação das pessoas com alta escolaridade no conjunto dos candidatos e, consequentemente, no total dos eleitos pode ser explicada como questão de demanda dos selecionadores, segundo Ranney (1965) e Norris e Lovenduski (1995), em que os membros dos partidos preferem aqueles com nível educacional mais elevado, posto que escolaridade denota habilidade, capacidade e prestígio social. Entretanto, Norris e Lovenduski (1995) também lembram que estudos sobre participação política mostram que a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, pois proporciona conhecimento e interesse político.

Tabela 5 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo escolaridade 1998, 2002, 2006 e 2010

	Nível de escolaridade							
Ano	Lê e escreve	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
1998	0,32	2,76	2,65	3,40	16,77	10,40	63,69	100,00
2002	0,55	3,49	2,29	3,60	13,97	13,32	62,77	100,00
2006	0,11	1,73	4,43	2,16	13,71	10,58	67,28	100,00
2010	0,11	0,87	3,36	0,87	13,34	11,39	70,07	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Analisando apenas os percentuais de deputados que declararam ter curso superior completo, evidencia-se primeiramente o elevado nível de escolaridade para aqueles eleitos nas quatro últimas eleições e, em segundo lugar, o maior nível de escolaridade das mulheres

[2] Inclui os deputados que declararam: Lê e escreve ou 1º grau incompleto ou 1º grau completo ou 2º grau incompleto.

comparativamente aos homens. Tais percentuais crescem de forma sistemática e significativa para ambos os sexos. Na última eleição o percentual de deputados e deputados com nível superior completo era, respectivamente, de 68,95% e 77,50%.

Tabela 6 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos com superior completo 1998, 2002, 2006 e 2010

Sexo	Superior completo			
	1998	2002	2006	2010
Feminino	70,83	70,97	73,15	77,50
Masculino	62,30	60,50	66,50	68,95

Fonte: Dados básicos: Tabelas 5 a 8 (Anexo estatístico)
Elaboração: Autores

Distribuição segundo ocupação

A análise das ocupações declaradas pelos deputados estaduais e distritais eleitos nas quatro últimas eleições evidencia importantes mudanças quando analisadas segundo categorias ou grupos ocupacionais.

A base de dados foi avaliada e uma série de tabulações e gráficos foram elaborados empregando diretamente as informações declaradas pelos candidatos no momento do seu registro junto ao TSE. Para a análise das ocupações foram estabelecidas categorias ocupacionais definidas adotando critérios previamente determinados, diferentemente de outros autores que para a construção das profissões/ocupações utilizaram critérios relativamente arbitrários, a exemplo de Rodrigues (2002)[3]. Para tanto, no presente estudo, empregou-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Apresenta a codificação dos empregos e de outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras

[3] Segundo o autor, dois critérios foram utilizados. O primeiro foi considerou a importância numérica de cada uma das profissões dentre todas as demais, indicando segmentos ocupacionais de maior peso. O segundo, de natureza qualitativa, buscou detectar a presença de grupos numericamente pouco expressivos nas importantes na sociedade inclusiva.

pesquisas domiciliares (função enumerativa[4]), além de inventariar detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho (função descritiva[5]).

Até recentemente, no Brasil, as informações administrativas relativas às ocupações eram codificadas seguindo a estrutura da CBO do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entretanto, os dados censitários e as pesquisas domiciliares, colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, utilizavam nomenclatura própria da instituição, sem descrições. Com o propósito de unificar as classificações usadas no território nacional, foi instituída, em 1994, a Comissão Nacional de Classificações, composta pelo MTE e pelo IBGE.

A CBO resulta do esforço de articulação entre os órgãos brasileiros que utilizam informações sobre ocupação, possibilitando a comparabilidade entre os usuários de diferentes fontes de informações produzidas no território nacional e das estatísticas geradas em outros países. Sua estrutura básica sofreu atualizações ao longo dos anos em função das profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho. Em sua última versão, a CBO 2002, publicada em Ministério do Trabalho e Emprego (2010a, 2010b e 2010c)[6], trás, além da sua atualização, a modernização no processo de descrição da classificação.

O conceito de ocupação[7]e emprego ou situação de trabalho[8] sustentam a construção da nomenclatura da CBO 2002. A nomenclatura ou estrutura da CBO, utilizada na função

[4] A função enumerativa da CBO é utilizada em registros administrativos como a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged; Seguro Desemprego; Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física – Dirpf, entre outros. Em pesquisas domiciliares é utilizada para codificar a ocupação como, por exemplo, no Censo Demográfico, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad e outras pesquisas de institutos de estatísticas como o IBGE e congêneres nas esferas dos estados e dos municípios. (Ministério do Trabalho e Emprego (2010)a, pg. 8)

[5] A função descritiva é utilizada nos serviços de recolocação de trabalhadores como o realizado no Sistema Nacional de Empregos – Sine, na elaboração de currículos e na avaliação de formação profissional, nas atividades educativas das empresas e dos sindicatos, nas escolas, nos serviços de imigração, enfim, em atividades nas quais informações do conteúdo do trabalho sejam requeridas. (Ministério do Trabalho e Emprego (2010)a, pg. 8)

[6] Para a sua elaboração, o MTE contou com a colaboração voluntária de sindicatos de trabalhadores, patronais, empresas e sete mil trabalhadores que participaram dos painéis de descrição das 607 famílias ocupacionais que compõem o documento, cobrindo 2.511 ocupações e 7.419 títulos sinônimos.

[7] Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.

enumerativa, é uma estrutura hierárquico-piramidal, composta pelo seguinte conjunto de códigos e títulos:

- 10 grandes grupos (GG)

- 48 sete subgrupos principais (SGP)

- 192 subgrupos (SG)

- 607 grupos de base ou famílias ocupacionais (SG), onde se agrupam 2.511 ocupações e cerca de 7.419 títulos sinônimos.

Os grandes grupos formam o nível mais agregado da classificação. Comportam dez conjuntos, agregados por nível de competência[9] e similaridade nas atividades executadas, conforme tabela 7. O 2º dígito refere-se ao subgrupo principal e foi criado para melhorar o equilíbrio hierárquico entre o número de grandes grupos e subgrupos e aprimorar as agregações por domínio.

Tabela 7
CBO 2002 - Grandes Grupos/Títulos e Nível de competência

CBO 2002 - Grandes Grupos / Títulos	Nível de Competência
0 Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	Não definido
1 Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	Não definido
2 Profissionais das ciências e das artes	4
3 Técnicos de nível médio	3
4 Trabalhadores de serviços administrativos	2
5 Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2
6 Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2
7 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
8 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2
9 Trabalhadores de manutenção e reparação	2

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2010a), pg.12

Os Grandes Grupos encontram-se assim organizados:

GG0 – Forças Armadas, policiais e bombeiros militares.

> *"Compõe-se pelos empregos nas Forças Armadas, policiais e bombeiros militares. Este grande grupo compreende as ocupações vinculadas às Forças Armadas, que é composta por pessoas que, por decisão própria ou obrigação, prestam normalmente serviços nas*

[8] Emprego ou situação de trabalho é um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício. Esta é a unidade estatística da CBO.
[9] Nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho. Na categorização da CBO a definição de "competência" é pontuado mais fortemente pela complexidade das atividades exercidas que do nível de escolaridade.

diferentes armas e nos serviços auxiliares. Integram os membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e outros serviços auxiliares como policiais e bombeiros militares. Este grande grupo é heterogêneo no que se refere ao nível de competência de seus membros, englobando diferentes esferas de autoridade".

GG1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes.

> *"Agrupa os empregos que compõem as profissões que estabelecem as regras e as normas de funcionamento para o país, estado e município, organismos governamentais de interesse público e de empresas, além de reunir os empregos da diplomacia. Este grande grupo compreende profissões cujas atividades principais consistem em definir e formular políticas de governo, leis e regulamentos, fiscalizar e aplicação dos mesmos, representar as diversas esferas de governo e atuar em seu nome, preparar, orientar e coordenar as políticas e as atividades de uma empresa ou de uma instituição, seus departamentos e serviços internos ... contempla diferentes atividades e distintos graus de autoridade, de todas as esferas de governo e esferas de organização, empresarial, institucional e religiosa do país, tais como legisladores, governadores, prefeitos, dirigentes sindicais, dirigentes de empresas, chefes de pequenas populações indígenas e dirigentes de instituições religiosas*".

GG2 – Profissionais das ciências e das artes.

> *"Agrega os empregos que compõem as profissões científicas e das artes de nível superior. Este grande grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos profissionais de alto nível e experiência em matéria de ciências físicas, biológicas, sociais e humanas. Também está incluído nesse grande grupo pessoal das artes e desportos, cujo exercício profissional requer alto nível de competência, como por exemplo, maestros, músicos, dentre outros".*

GG3 – Técnicos de nível médio.

> *"Agrega os empregos que compõem as profissões técnicas de nível médio. Este grande grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos técnicos e experiência em várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas".*

GG4 – Trabalhadores de serviços administrativos.

> *"Agrega os empregos dos serviços administrativos, exceto os técnicos e o pessoal de nível superior. Trata-se de empregos cujos titulares tratam informações (em papéis ou digitalizadas, numéricas ou em textos)[10]. Este grande grupo compreende dois subtipos. Aqueles que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público, e trabalhadores administrativos de atendimento ao público".*

GG5 – Trabalhadores de serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.

> *"Composto pelos empregos que produzem serviços pessoais e à coletividade, bem como aqueles que trabalham na intermediação de vendas de bens e serviços... Tais atividades*

[10] O GG 4 está subdividido em dois SGP – aqueles que trabalham em rotinas e procedimentos administrativos internos e aqueles que atendem ao público (trabalham com o público, tratam informações registradas em papéis ou formas magnéticas, operam equipamentos de apoio ao trabalho, etc.).

> *consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados".*

GG6 – Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca.

> *"Agrega os empregos do setor agropecuário. Este grande grupo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para a obtenção de produtos da agricultura, da silvicultura e da pesca".*

Os próximos três Grandes Grupos compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessários para produzir bens e serviços industriais.

GG7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.

> *"... agrupados os trabalhadores de sistemas de produção que tendem a ser discretos e que lidam mais com a forma do produto do que com o seu conteúdo físico-químico... concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos".*

GG8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.

> *"... encontram-se os trabalhadores de sistemas de produção que são ou tendem a ser contínuos (química, siderurgia, entre outros)... concentram-se os trabalhadores que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos".*

GG9 – Trabalhadores de manutenção e reparação.

> *"... foram classificados os trabalhadores de manutenção e reparação... compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desempenho, os conhecimentos e as atividades necessários para reparar e manter toda a sorte de bens e equipamentos, seja para uso pessoal, de instituições, empresas e do governo".*

Ao longo do período, os "profissionais das ciências e das artes" apresentaram participação expressiva dentre as ocupações declaradas pelos candidatos eleitos, entretanto, com clara tendência de redução. No ano de 1998, esse grupo representava a maioria dos eleitos (41,58%), com destaque para os "profissionais das ciências biológicas", da saúde e afins (13,47%) e os "profissionais das ciências jurídicas" (11,26%) – padrão que se repete ao longo dos pleitos analisados. Rodrigues (2002) destaca que essas profissões e ocupações são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de aperfeiçoamento da arte oratória, instrumento essencial para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política. Para o autor, não há futuro para o político profissional sem o domínio da oratória. Apesar dos dotes individuais

sempre necessários, algumas profissões qualificam melhor para os debates parlamentares e públicos - particularmente o caso dos bacharéis em Direito.Nas eleições seguintes o percentual foi se reduzindo, chegando a 2010 ao patamar de 24,62%. Desde 2006 os "profissionais das ciências e das artes" deixam a posição de principal ocupação dando lugar aos "membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes".

Tal constatação é relevante, tanto pelo fato do significativo crescimento da participação do referido grupo ao longo das últimas quatro eleições quanto pela importância relativa observada no ano de 2010. Entre 1998 e 2010, o percentual de eleitos que se declararam como "membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes" praticamente dobra. Na última eleição caracterizam-se por representar mais da metade dos eleitos (56,51%). Ressalta-se nesse grupo, ainda, a maciça participação daqueles que se declararam "membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo" – constituído basicamente de deputados e vereadores. Na eleição de 1998 eram 17,05% passando para 47,61% em 2010. Importante se faz destacar que os deputados sempre representaram a maioria nesse grupo – mais de 70% desse total.

Analisando a eleição de 2006 para a Câmara dos Deputados, Braga, Veiga e Miríade (2009) chamam atenção para a proeminência dos políticos em relação aos demais profissionais no processo eleitoral, representando 40% a 50% dos eleitos. Aqueles que já são deputados e buscam a reeleição possuem maior chance de terem suas candidaturas aceitas e serem eleitos. Esses contam com uma base organizacional dentro do partido e, em geral, são pessoas com certo grau de apelo eleitoral (Gallanher e Marsh, 1988).

Juntos, os dois grupos ocupacionais considerados acima, concentravam a maioria dos eleitos das Assembleias entre 1998 e 2010. A despeito da posição relativa pouco significativa, dois pontos devem ser observados quanto às categorias ocupacionais elencadas. Primeiro, num patamar bem inferior, encontram-se aqueles que se declararam servidores públicos. Em 1998, representavam 4,95% do total de eleitos, apresentando queda na eleição seguinte e certa estabilidade, desde então. Na eleição de 2010, foi de 3,25%, com peso maior dos servidores estaduais e federais. O segundo ponto diz respeito à participação crescente do grupo ocupacional "trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca" apesar dos reduzidos

percentuais. Merece destaque o fato de que foi o único grupo a apresentar crescimento ao longo das últimas quatro eleições, passando de 2,84% em 1998 para 3,25% em 2010 – formado basicamente por "produtores na exploração agropecuária".

Tabela 8 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo grupos de ocupação 1998, 2002, 2006 e 2010

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	**1,26**	**0,22**	**0,86**	**0,76**
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	**28,42**	**36,92**	**53,46**	**56,51**
11 - Membros superiores e dirigentes do poder público	17,05	24,54	43,63	47,61
12 - Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	3,58	9,36	8,10	7,59
14 - Gerente	7,79	3,01	1,73	1,30
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	**41,58**	**38,21**	**32,07**	**24,62**
20 - Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,11	0,00	0,00
21 - Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	4,84	4,20	3,02	3,04
22 - Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	13,47	10,87	9,50	5,86
23 - Profissionais do ensino	3,26	4,95	4,21	3,04
24 - Profissionais das ciências jurídicas	11,26	9,26	7,99	6,62
25 - Profissionais das ciências sociais e humanas	4,95	4,52	4,21	3,80
26 - Comunicadores, artistas e religiosos	3,79	4,31	3,13	2,28
Grupo 3 - Técnico de nível médio	**2,63**	**2,48**	**1,30**	**1,19**
31 - Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,84	0,65	0,43	0,00
32 - Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,00	0,22	0,11	0,00
35 - Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	1,79	1,51	0,65	0,98
37 - Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	0,00	0,11	0,11	0,22
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	**0,32**	**0,32**	**0,00**	**0,76**
41 - Escriturários	0,11	0,22	0,00	0,76
42 - Trabalhadores de atendimento so público	0,21	0,11	0,00	0,00
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	**0,74**	**0,86**	**0,22**	**0,11**
51 - Trabalhadores dos serviços	0,00	0,54	0,22	0,11
52 - Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,74	0,32	0,00	0,00
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	**2,84**	**2,91**	**2,38**	**3,25**
61 - Produtores na exploração agropecuária	1,58	2,91	2,16	3,25
62 - Trabalhadores na exploração agropecuária	1,26	0,00	0,22	0,00
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	**0,00**	**0,32**	**0,11**	**0,00**
72 - Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,11	0,00	0,00
76 - Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curimento, do vestuário e das artes gráficas.	0,00	0,22	0,00	0,00
78 - Trabalhadores de funções transversais	0,00	0,00	0,11	0,00
Grupo 10 - Servidor público	**4,95**	**3,77**	**3,35**	**3,58**
Servidor público estadual	3,89	2,37	1,84	1,52
Servidor público federal	0,84	0,65	0,76	1,41
Servidor público municipal	0,21	0,75	0,76	0,65
Grupo 11 - Aposentado	**0,53**	**1,40**	**0,86**	**1,19**
Aposentado (exceto servidor público)	0,11	0,32	0,32	0,76
Servidor público civil aposentado	0,00	0,54	0,43	0,00
Funcionário público civil aposentado	0,32	0,00	0,00	0,00
Militar reformado	0,11	0,54	0,11	0,43
Não informada	5,58	8,72	0,00	0,00
Outros (1)	11,16	3,88	5,40	8,03
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores
Nota: (1) foram incluídos em outros: dona de casa, estudante, bolsista, estagiário e assemelhados, fiscal, industrial e ocupante de cargo em comissão.

De forma geral, o padrão de distribuição das ocupações dos deputados eleitos pode ser expandido quando analisados separadamente para homens e mulheres, com algumas especificidades.

De forma similar, os "profissionais das ciências e das artes" determinam participação expressiva dentre as ocupações declaradas pelos candidatos eleitos com evidente tendência de redução, mais intensamente para os homens. Partindo de patamar bastante similar, cerca de 41,00% dos deputados e deputados declararam, em 1998, ocupações categorizadas no referido grupo. Ao longo do período, a participação relativa foi reduzindo-se, sendo que em 2010 o peso dos "profissionais das ciências e das artes" foi mais elevada para as mulheres (28,33%) do que para os homens (24,06%). Para os deputados destacam-se os "profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins" e os "profissionais das ciências jurídicas" ao longo de todo o período – padrão observado para o total dos eleitos. O mesmo não pode ser generalizado para as deputadas caso em que se verificam alterações ao longo das eleições. Há uma alternância entre as "profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins", "profissionais do ensino", "profissionais das ciências jurídicas" e "profissionais das ciências sociais e humanas", sendo que na última eleição destacaram-se os dois primeiros grupos ocupacionais.

Na mesma direção, os "profissionais das ciências e das artes" perdem peso relativo para os "membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse político e de empresas e gerentes" tanto para os deputados como para as deputadas, destacando, novamente, o significativo crescimento da participação do referido grupo ao longo das últimas quatro eleições – mais significativamente para as deputadas - e também pela importância relativa observada no ano de 2010 – nesse último ano com percentuais praticamente iguais.

Apesar dos percentuais menos significativos e comportamento de redução ao longo das eleições, os servidores públicos ainda se destacavam dentre as ocupações declaradas, principalmente para as deputadas. No ano de 1998 representavam 4,10% e 12,50% para deputados e deputadas, passando em 2010 para 3,24% e 5,83%, respectivamente.

Merece destaque o fato de que a crescente participação do grupo ocupacional "trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca" destacada para o total dos eleitos deve-se preponderantemente aos deputados eleitos – o mesmo não pode ser observado para as deputadas. Apesar de não determinar comportamento evidentemente crescente nas quatro últimas eleições, tem sua participação relativa aumentada entre 1998 e 2002 e entre 2006 e 2010.

Tabela 9 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais do sexo masculino eleitos segundo grupos de ocupação
1998, 2002, 2006 e 2010

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	**1,41**	**0,25**	**0,98**	**0,87**
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	**29,39**	**39,13**	**54,89**	**56,48**
11 - Membros superiores e dirigentes do poder público	17,45	25,47	44,74	47,63
12 - Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	3,75	10,19	8,31	7,36
14 - Gerente	8,20	3,48	1,83	1,50
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	**41,69**	**37,52**	**31,66**	**24,06**
20 - Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,12	0,00	0,00
21 - Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	5,15	4,72	3,30	3,24
22 - Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	13,58	10,93	10,02	5,61
23 - Profissionais do ensino	2,81	4,10	3,30	1,87
24 - Profissionais das ciências jurídicas	11,83	9,57	7,70	7,23
25 - Profissionais das ciências sociais e humanas	4,33	3,48	4,16	3,62
26 - Comunicadores, artistas e religiosos	3,98	4,60	3,18	2,49
Grupo 3 - Técnico de nível médio	**2,93**	**2,48**	**1,34**	**1,25**
31 - Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,94	0,75	0,49	0,00
32 - Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,00	0,25	0,12	0,00
35 - Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	1,99	1,37	0,61	1,00
37 - Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	0,00	0,12	0,12	0,25
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	**0,23**	**0,00**	**0,00**	**0,75**
41 - Escriturários	0,00	0,00	0,00	0,75
42 - Trabalhadores de atendimento so público	0,23	0,00	0,00	0,00
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	**0,82**	**0,99**	**0,12**	**0,12**
51 - Trabalhadores dos serviços	0,00	0,62	0,12	0,12
52 - Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,82	0,37	0,00	0,00
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	**3,04**	**3,35**	**2,57**	**3,62**
61 - Produtores na exploração agropecuária	1,64	3,35	2,32	3,62
62 - Trabalhadores na exploração agropecuária	1,41	0,00	0,24	0,00
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	**0,00**	**0,25**	**0,12**	**0,00**
72 - Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,12	0,00	0,00
76 - Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curimento, do vestuário e das artes gráficas.	0,00	0,12	0,00	0,00
78 - Trabalhadores de funções transversais	0,00	0,00	0,12	0,00
Grupo 10 - Servidor público	**4,10**	**3,85**	**3,06**	**3,24**
Servidor público estadual	3,40	2,48	1,47	1,37
Servidor público federal	0,59	0,62	0,86	1,37
Servidor público municipal	0,12	0,75	0,73	0,50
Grupo 11 - Aposentado	**0,35**	**1,12**	**0,73**	**1,25**
Aposentado (exceto servidor público)	0,12	0,12	0,37	0,75
Servidor público civil aposentado	0,00	0,37	0,24	0,00
Funcionário público civil aposentado	0,12	0,62	0,00	0,00
Militar reformado	0,12	0,00	0,12	0,50
Não informada	5,74	7,83	0,00	0,00
Outros (1)	10,30	3,23	4,52	8,35
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores
Nota: (1) foram incluídos em outros: dona de casa, estudante, bolsista, estagiário e assemelhados, fiscal, industrial e ocupante de cargo em comissão.

Tabela 10– Brasil: Percentual de Deputadas Estaduais e Distritais do sexo feminino eleitas segundo grupos de ocupação
1998, 2002, 2006 e 2010

Grupo de ocupação	1998	2002	2006	2010
Grupo 0 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Grupo 1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	**19,79**	**22,58**	**42,59**	**56,67**
11 - Membros superiores e dirigentes do poder público	13,54	18,55	35,19	47,50
12 - Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)	2,08	4,03	6,48	9,17
14 - Gerente	4,17	0,00	0,93	0,00
Grupo 2 - Profissionais das Ciências e das Artes	**40,63**	**42,74**	**35,19**	**28,33**
20 - Pesquisadores e profissionais policientíficos	0,00	0,00	0,00	0,00
21 - Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	2,08	0,81	0,93	1,67
22 - Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	12,50	10,48	5,56	7,50
23 - Profissionais do ensino	7,29	10,48	11,11	10,83
24 - Profissionais das ciências jurídicas	6,25	7,26	10,19	2,50
25 - Profissionais das ciências sociais e humanas	10,42	11,29	4,63	5,00
26 - Comunicadores, artistas e religiosos	2,08	2,42	2,78	0,83
Grupo 3 - Técnico de nível médio	**0,00**	**2,42**	**0,93**	**0,83**
31 - Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins	0,00	0,00	0,00	0,00
32 - Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	0,00	0,00	0,00	0,00
35 - Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	0,00	2,42	0,93	0,83
37 - Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupos 4 - Trabalhadores de serviços administrativos	**1,04**	**2,42**	**0,00**	**0,83**
41 - Escriturários	1,04	1,61	0,00	0,83
42 - Trabalhadores de atendimento so público	0,00	0,81	0,00	0,00
Grupo 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	**0,00**	**0,00**	**0,93**	**0,00**
51 - Trabalhadores dos serviços	0,00	0,00	0,93	0,00
52 - Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	**1,04**	**0,00**	**0,93**	**0,83**
61 - Produtores na exploração agropecuária	1,04	0,00	0,93	0,83
62 - Trabalhadores na exploração agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	**0,00**	**0,81**	**0,00**	**0,00**
72 - Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
76 - Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curimento, do vestuário e das artes gráficas.	0,00	0,81	0,00	0,00
78 - Trabalhadores de funções transversais	0,00	0,00	0,00	0,00
Grupo 10 - Servidor público	**12,50**	**3,23**	**5,56**	**5,83**
Servidor público estadual	8,33	1,61	4,63	2,50
Servidor público federal	3,13	0,81	0,00	1,67
Servidor público municipal	1,04	0,81	0,93	1,67
Grupo 11 - Aposentado	**2,08**	**3,23**	**1,85**	**0,83**
Aposentado (exceto servidor público)	0,00	1,61	0,00	0,83
Servidor público civil aposentado	0,00	1,61	1,85	0,00
Funcionário público civil aposentado	2,08	0,00	0,00	0,00
Militar reformado	0,00	0,00	0,00	0,00
Não informada	4,17	14,52	0,00	0,00
Outros (1)	18,75	8,06	12,04	5,83
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores
Nota: (1) foram incluídos em outros: dona de casa, estudante, bolsista, estagiário e assemelhados, fiscal, industrial e ocupante de cargo em comissão.

Há ainda um viés importante quando se investiga a ocupação do político eleito para as casas legislativas. A possibilidade da reeleição cria a "carreira parlamentar". Assim, ao informar sua ocupação, os deputados identificam-se como membros das casas legislativas.

Para deputados e deputadas observa-se também a significativa participação daqueles que se declararam "membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo" – constituído basicamente de deputados e vereadores. Grande similaridade de valores percentuais.

No que se refere a esta "carreira parlamentar", Santana (2008)realiza análise no padrão desta carreira nos países da América Latina. A autora propõe a utilização da tipologia formulada por Morgenstein (2003) e Pereira; Leoni (1999) com certas adaptações. Esta tipologia trata do grau em que os políticos eleitos tentam se eleger novamente. Tem-se, segundo esta classificação, diferentes níveis de ambição relacionados ao cargo que se pretende ocupar. São elas: ambição regressiva, ambição estática, ambição progressiva e ambição dinâmica.

Na *ambição estática* deve ser considerado o desejo, tendência ou frequência de um político concorrer à reeleição, isto é, sua ambição é ficar no mesmo posto para o qual foi eleito. Não havendo restrições à possibilidade de se reeleger para a Câmara dos Deputados ou mesmo para o Senado, essa ambição se traduz na construção de carreira legislativa, o que tende a contribuir para maior especialização, domínio das regras e procedimentos da organização legislativa pelos parlamentares.

Schlesinger (1966) define o avanço do deputado para cargo considerado mais "alto", como sendo *ambição progressiva.* Como cargos mais altos no caso dos países em estudo: (a) Presidência da República (Presidente ou Vice), (b) Governos estaduais ou provinciais (Governador ou Vice), (c) Prefeituras de "grande porte", ou seja, capitais de Estados, Províncias ou Departamentos, (d) Senado da República, (e) Ministro de Estado ou primeiro escalão na Administração do Governo (Exemplo: Presidente Banco Central). Assim como o avanço que certos políticos fazem para a Câmara dos deputados provenientes dos seguintes cargos: (a) Legislativos em unidades subnacionais, ou (b) cargos no executivo municipal, desde que não seja capital da unidade subnacional, ou cargos não eletivos das províncias, Estados e municípios.

A *ambição regressiva* compreende a volta dos deputados para cargos "mais baixos" ou de menor prestígio. Tal movimento seria expresso pela saída do Legislativo em âmbito nacional e retorno: (a) para o Legislativo em unidades subnacionais, ou (b) para cargos no executivo com menos prestígio e menor disponibilidade de recursos, como, por exemplo, prefeituras ou

postos não eletivos nas unidades subnacionais de porte médio ou pequeno e com pouca visibilidade regional ou nacional.

Como contribuição para com a literatura, Santana (2008) propõe uma quarta caracterização, a qual denominou de *ambição dinâmica*. Tal comportamento é típico do parlamentar que não possui objetivos bastante definidos de carreira na Câmara dos Deputados e nem em arenas externas ao Legislativo. Sua meta pode ser em um caso manter-se efetivamente na arena legislativa, se revezando entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ou mesmo se revezando entre a Câmara dos Deputados e outros postos eletivos, sua ambição não ocorre apenas em sentido único. Neste último caso, pode-se inferir que seu objetivo é manter-se de alguma maneira em instâncias de poder instituídas em âmbito eleitoral, não importando o cargo.

A autora defende que a denominação *ambição dinâmica* pode ser também utilizada como forma de qualificar o comportamento político em países onde há pouca disponibilidade de cargos a serem disputados no País. Quando o político tem apenas como oportunidade de carreira a rotatividade entre os cargos existentes, como forma de manter-se na atividade política, sem condições de vislumbrar certo tipo de ascensão política, por falta de alternativas.

Finalmente, outra consideração, diz respeito à escolha dos legisladores para deixarem a vida pública, retornando para a vida privada. Eles podem vir a atuar em suas áreas de formações acadêmicas, ou mesmo utilizar *expertises* obtidas no Legislativo, ou mesmo Executivo, em trabalhos de consultorias, assessorias técnicas, em organismos não governamentais ou outros.

No Brasil, conforme assevera Santana (2008), o federalismo é a variável que mais afeta o tipo de ambição política dos legisladores brasileiros e mesmo assim, a taxa de permanência na Câmara dos Deputados pode ser considerada moderada. Não há uma alta taxa de renovação legislativa que possa comprometer a qualidade dos trabalhos parlamentares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do perfil dos eleitos para as casas legislativas estaduais, no período compreendido entre 1998 e 2010 revelam dados que conduzem a algumas constatações de relevo para a ampliação do debate sobre democracia representativa no Brasil.

Constatou-se que, a despeito de a composição do eleitorado brasileiro ter se revertido no hiato de gênero, passando as mulheres a representarem a maioria dos votantes em todas as faixas etárias, no perfil do eleito, as mulheres continuam sub-representadas, demonstrando certa desigualdade no campo político que também é reflexo de uma desigualdade no campo social e econômico.

A relevância da constatação não é apenas o discurso da igualdade entre homens e mulheres, mas principalmente, a percepção de que a presença de mulheres nas instituições políticas impacta a formação das agendas temáticas decisórias. Pesquisas mostraram que a atuação política institucional feminina, em comparação com a masculina, tende, de forma geral, a priorizar determinados grupos – como crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e as próprias mulheres, o que impacta em agendas mais voltadas à realização de direitos fundamentais.

Também as relações entre associativismo e democracia sugerem que faz diferença o tipo de participação associativa no que diz respeito aos seus impactos na capacidade de se constituir em porta de entrada na política institucional, fenômeno que também vem sendo confirmado por algumas pesquisas. Estudos com recorte por gênero revelam diferenças significativas na atuação associativa das mulheres quando comparadas aos homens.

Quanto ao incremento na idade dos eleitos, apurou-se que tanto para os deputados como para as deputadas a idade média aumentou durante o período. Análise mais aprofundada dos dados relativos à idade podem demonstrar tanto reflexo da pirâmide etária brasileira como outras correlações ainda em levantamento.

A tendência de aumento na escolaridade, considerando-se o conjunto dos candidatos eleitos pode ser explicada como questão de demanda dos partidos que eventualmente podem preferir candidatos com nível educacional mais elevado, posto que escolaridade denota habilidade, capacidade e prestígio social. Não se podendo olvidar que estudos sobre participação política mostram que a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, pois proporciona conhecimento e interesse político.

Considerando os levantamentos referentes à ocupação, a literatura especializada indica que as profissões que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e da arte oratória, são instrumentos essenciais para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política.

Por fim, tem-se a constatação de que há uma tendência à profissionalização na carreira da representação legislativa pode significar um maior ativismo ou mesmo o amadurecimento político da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Cristina; BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Seleção e perfil de candidatos a vereador em Pelotas (RS) nas eleições de 2008: Esboço de uma análise. XVIII CIC - Congresso de Iniciação Científica, XI ENPOS - Encontro de Pós-Graduação, I Mostra Científica. Universidade Federal de Pelotas, 2009. http://www.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00693.pdf.

ALVES, J.E.D. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. 2007. 15fl. Disponível em http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_eustaquio.pdf. Acessado em 20/09/2012.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L.F. e MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 24, nº 70, São Paulo jun. 2009. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (2010a) *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010* - 3a ed.; Brasília : MTE, SPPE, 2010. v.1 828 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (2010b) *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010* - 3a ed.; Brasília : MTE, SPPE, 2010. v.2 592 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (2010c) *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010* - 3a ed.; Brasília : MTE, SPPE, 2010. v.3 196 p.

MATOS, M. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010?. 2009. Disponível em http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf. Acessado em 20/09/2012.

MORGENSTERN, Scott. 2003. Legislatures And Democracy In Latin America. Nova York: Cambridge University Press.

NORRIS, P. Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge University Press, 1997.

NORRIS, Pippa. & LOVENDUSKI, Joni. (1995), Political recruitment: gender: race and

class in the British Parliament. Cambridge, Cambridge University Press.

OLIVERIA. K. P. **A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras. Texto para discussão.** Disponível em < http://eg.fjp.mg.gov.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao/167-textos-publicados-em-2013/2013-a-trajetoria-da-mulher-na-politica-brasileira-as-conquistas-e-a-persistencia-de-barreiras>. Acessado em 29 de maio de 2013.

PERISSINOTTO, R. M. / BOLOGNESI, B. O Recrutamento Político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. Paper 6º Encontro da ABCP, 2008.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. 2011. http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/. Acessado em 20/01/2013.

RANNEY, A. Candidate Selection In: BUTLER, D.; PENNIMAN, H. and RANNEY. A. (eds). Democracy at the Polls: a comparative study of competitive national elections. Washington DC: American Enterprise Institute of Public Research, 1981.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologias e Composição Social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados", Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), São Paulo, 2002.

SANTANA, L. **Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.** TEORIA e SOCIEDADE nº 16.2 – julho-dezembro de 2008 p. 130-155

SOCIAL WATCH, Relatório 2012. Desenvolvimento Sustentável: o direito a um futuro. 2012. http://www.socialwatch.org/es/node/14383. Acessado em 14/01/2013.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR. Posição dos países quanto à participação da mulher nas casas legislativas. 2012. Disponível em http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311212.htm. Acessado em 19/02/13

VAZ, Gislene de Almeida. A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados. 65fl. 2008.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e grupos etários 1998

Sexo	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
Feminino	1,04	5,21	9,38	14,58	26,04	19,79	14,58	5,21	3,13	1,04	0,00	0,00	-	100,00
Masculino	1,41	2,81	6,79	17,68	20,37	20,73	14,99	8,55	3,51	1,64	1,41	0,12	-	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 2 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e grupos etários 2002

Sexo	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
Feminino	0,81	2,42	5,65	16,94	20,16	21,77	13,71	9,68	4,84	1,61	1,61	0,81	-	100,00
Masculino	1,87	3,73	5,85	17,04	21,39	20,40	13,43	9,33	3,61	2,24	0,62	0,50	-	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 3 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e grupos etários 2006

Sexo	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
Feminino	0,93	6,48	5,56	8,33	23,15	16,67	19,44	10,19	6,48	1,85	0,93	0,00	0,00	100,00
Masculino	0,86	4,52	7,09	10,27	18,83	18,58	19,44	9,54	6,36	2,93	0,86	0,49	0,24	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 4 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e grupos etários 2010

Sexo	Grupo etário													Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	
Feminino	0,83	1,67	4,17	10,00	20,00	23,33	9,17	17,50	6,67	5,83	0,83	0,00	0,00	100,00
Masculino	1,12	3,74	8,85	9,48	12,34	19,58	19,58	12,47	6,86	3,49	1,75	0,50	0,25	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 5 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e escolaridade 1998

Sexo	Nível de escolaridade							Total
	Lê e escreve	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
Feminino	0,00	0,00	1,04	2,08	19,79	6,25	70,83	100,00
Masculino	0,35	3,04	2,81	3,51	16,28	10,77	62,30	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 6 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e escolaridade 2002

Sexo	Nível de escolaridade							Total
	Lê e escreve	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
Feminino	0,00	1,61	1,61	0,81	11,29	12,10	70,97	100,00
Masculino	0,62	3,73	2,36	3,98	14,16	13,29	60,50	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 7 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e escolaridade 2006

Sexo	Nível de escolaridade							Total
	Lê e escreve	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
Feminino	0,00	0,00	2,78	0,00	14,81	9,26	73,15	100,00
Masculino	0,12	1,96	4,65	2,44	13,57	10,76	66,50	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores

Tabela 8 – Brasil: Percentual de Deputados Estaduais e Distritais eleitos segundo sexo e escolaridade 2010

Sexo	Nível de escolaridade							Total
	Lê e escreve	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	
Feminino	0,00	0,00	1,67	0,00	12,50	8,33	77,50	100,00
Masculino	0,12	1,00	3,62	1,00	13,47	11,85	68,95	100,00

Fonte: Dados básicos: Tribunal Superior Eleitoral
Elaboração: Autores